EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 077/2013

(RETIFICADO E PRORROGADO)

DATA DA REALIZAÇÃO: 26/09/2013.

HORÁRIO: 08:00 horas.

LOCAL: Paço Municipal, sito na Av. José Laurindo, 1.540 - Rosana - SP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSANA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Avenida José Laurindo, nº 1.540, Rosana - SP, inscrita no CNPJ/MF sob nº 67.662.452/0001-00, através do Sr. FERNANDO SILGUEIRO MENDES RAMALHO - Diretor da Divisão de Compras e Licitações, utilizando de sua competência e autorização da Excelentíssima Senhora Prefeita Municipal SANDRA APARECIDA DE SOUZA KASAI, torna público que se acha aberta à licitação na modalidade PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 077/2013, do tipo MENOR PREÇO, cujo objeto é a aquisição de 20 (vinte) coletores de dados biométrico (relógio de ponto eletrônico), para o controle de freqüência dos servidores dos diversos setores da Municipalidade, com entrega total, incluindo software gerenciador, serviços de instalação, treinamento e suporte técnico, conforme Anexo I, que será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 1.288, de 29/10/2007, Decreto Municipal nº 1370, de 10/07/2008, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.

As propostas deverão obedecer às especificações estabelecidas por este instrumento convocatório e seus anexos, que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada em dependência própria da Administração Pública Municipal, localizada no endereço supra citado, iniciando-se no dia **26/09/2013** às **08:00** horas e será conduzida pelo Pregoeiro, com o auxílio da Equipe de Apoio.

No dia, hora e local mencionado no preâmbulo, terá início a sessão do pregão, com seguinte roteiro:

- Credenciamento dos representantes legais dos licitantes;
- Recebimento da declaração de habilitação e dos envelopes contendo as propostas e a documentação;
- Abertura dos envelopes proposta e exame da conformidade das propostas para com as exigências do Edital;

- Divulgação dos licitantes classificados e dos desclassificados;
- Realização dos lances verbais;
- Abertura do envelope documentação do licitante detentor do menor preço e exame da habilitação e,
- Adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor, se não houver manifestação da intenção de interposição de recurso.

1- DO OBJETO

1.1. A presente licitação tem por objeto a <u>aquisição de 20 (vinte)</u> coletores de dados biométrico (relógio de ponto eletrônico), para o controle de freqüência dos servidores dos diversos setores da Municipalidade, com entrega total, incluindo software gerenciador, serviços de instalação, treinamento e suporte técnico, conforme **Anexo I**.

2. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 2.1. Poderão participar do certame licitatório, interessados comprovadamente do *ramo correlacionado ao objeto desta licitação*, que satisfaçam as condições exigidas no presente edital e seus anexos, parte integrante deste edital.
- 2.2. Os interessados em adquirir cópia do edital e seus anexos deverão retirá-los junto ao setor de Licitações, à Avenida José Laurindo, nº 1.540, Rosana SP, no horário comercial, das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas (Brasília), mediante o pagamento da taxa de emolumentos de R\$ 19,00 (dezenove reais), referente ao custo reprográfico, que deverá ser efetuada através de guia própria emitida pelo Setor de Licitações e recolhida na rede bancária ou poderá ser retirado na -íntegra, no endereço eletrônico www.rosana.sp.gov.br, sem qualquer custo para o licitante, neste último caso deverá preencher o recibo (Anexo II), assinar e encaminhar via fone/fax (18) 3288-8213.
- 2.2.1. Quaisquer esclarecimentos a respeito desta licitação poderão ser obtidos no Setor de Licitação, na Prefeitura Municipal de Rosana, no horário comercial ou pelo telefone *(18)* 3288-8210.
- 2.2.2. Os pedidos de esclarecimentos solicitados por escrito serão respondidos e disponibilizados no site www.rosana.sp.gov.br.
- 2.3. Que a documentação exigida para proposta de preços e habilitação seja apresentada no mesmo ato, até a data, hora e local designados neste edital, em envelopes opacos, lacrados e, **preferencialmente** timbrados ou com o carimbo do CNPJ, e com os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSANA PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 077/2013 ENVELOPE "I" – PROPOSTA DE PREÇOS (razão social do proponente – CNPJ – endereço)

PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSANA PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 077/2013 <u>ENVELOPE "II" – HABILITAÇÃO</u> (razão social do proponente – CNPJ – endereço)

- 2.4. A ausência ou incorreções dos dizeres citados acima, na parte externa dos envelopes não constituirá motivo para desclassificação do licitante que poderá inserir as informações faltantes e/ou retificá-las.
- 2.5. Caso eventualmente ocorra à abertura do Envelope "II" -Habilitação antes do Envelope "I" - Proposta de Preços, será aquele novamente lacrado sem análise de seu conteúdo e rubricado o lacre por todos os presentes.
- 2.6. Não será permitida no presente Pregão, a cessão, transferência e a subcontratação total ou parcial de seu objeto.

2.7. Não será permitida a participação neste pregão:

- 2.7.1. Estrangeiras que não funcionem no País;
- 2.7.2. Reunidas em consórcio, qualquer que seja sua forma de constituição;
- 2.7.3. Que estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar e impedimento de contratar com Administração (Federal, Estadual ou Municipal), nos termos do inciso III do artigo 87 da lei 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 2.7.4. Impedidas de licitar e contratar com a Administração (Federal, Estadual ou Municipal), nos termos do art. 7º da Lei 10.520/02;
- 2.7.5. Declaradas inidôneas pelo Poder Público e não reabilitadas:
 - 2.7.6. Em processo de falência e recuperação judicial; e
- 2.7.7- Cujos sócios ou acionistas estejam impedidos face ao disposto no Art. 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. Para o credenciamento deverão ser apresentados os seguintes documentos:

3.1.1 Quanto aos representantes:

a) tratando-se de representante legal de sociedade empresária ou cooperativa, ou empresário individual, cópia autenticada do Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (desde o contrato originário e posteriores

alterações ou do contrato consolidado e posteriores alterações), devidamente registrado na Junta Comercial em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores; ou o Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício; no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

- b) tratando-se de **procurador**, procuração por *instrumento público ou particular (Anexo VII)*, <u>com firma reconhecida</u>, da qual constem poderes específicos para formular lances, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhada do correspondente documento, dentre os indicados na *alínea "a"*, que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- c) O representante (legal ou procurador) da empresa interessada deverá identificar-se exibindo documento oficial que contenha foto;

3.1.2 **Quanto ao pleno atendimento aos requisitos de habilitação**:

a) **Declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação** e inexistência de qualquer fato impeditivo à participação, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no **Anexo III** deste edital, e apresentada **FORA** dos Envelopes "I" e "II".

3.1.3 <u>Quanto às microempresas (ME) e empresas de pequeno</u> porte (EPP):

- a) Declaração de microempresa ou empresa de pequena porte visando ao exercício da preferência prevista na *Lei Complementar n° 123/2006 e alterações posteriores*, que deverá ser feita de acordo com o modelo estabelecido no *Anexo IV* deste edital, e apresentada *FORA* dos Envelopes "I" e "II".
- 3.2 Será admitido apenas *01 (um) representante* para cada licitante credenciado, sendo que cada um deles poderá representar apenas um licitante credenciado.
- 3.3 O licitante que não contar com representante presente na sessão ou, ainda que presente, não puder praticar atos em seu nome por conta da apresentação de documentação defeituosa, ficará impedido de participar da fase de lances verbais, de negociar preços, de declarar a intenção de interpor ou de renunciar ao direito de interpor recurso, ficando mantido, portanto, o preço apresentado na proposta escrita, que há de ser considerada para efeito de ordenação das propostas e apuração do menor preço.
- 3.4 Os documentos aludidos para o credenciamento deverão estar <u>FORA</u> dos envelopes "I" e "II".

3.5 Os documentos poderão ser apresentados em original, os quais ficarão retidos e não serão devolvidos ou por qualquer processo de *cópia autenticada*, no termos do Artigo 32 da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, assim como, poderá ser autenticado nos termos do *item 7.1*.

4. DA SESSÃO PÚBLICA DE ABERTURA DO PREGÃO

- 4.1. No horário e local indicados neste edital será aberta à sessão, iniciando-se pela fase de credenciamento dos licitantes interessados em participar deste certame, ocasião em que serão apresentados os documentos indicados no *item 3.1*, assim como, apresentando a **DECLARAÇÃO** dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e inexistência de fatos impeditivos, conforme modelo **Anexo III** (<u>Essa Declaração deverá estar **FORA** dos envelopes "I" e "II").</u>
- 4.1.1. Em sendo o caso, a declaração acima poderá ser providenciada e estará à disposição para assinatura dos licitantes por ocasião da abertura da sessão.
- 4.2. Encerrada a fase de credenciamento, os licitantes entregarão ao Pregoeiro os **envelopes** "**I**"e "**II**", contendo, cada qual, separadamente, a Proposta de Preços e a Documentação de Habilitação
- 4.3. Após o recebimento dos envelopes "I" (proposta) e "II" (habilitação), não será aceito novos proponentes.
- 4.4. Conceder-se-á vistas e rubricas ao Pregoeiro, aos membros da Equipe de Apoio e aos representantes das empresas participantes, de todos os documentos apresentados no credenciamento, nos envelopes "I" e "II" apresentados, em todas as propostas, nos documentos de habilitação do vencedor.
- 4.5. O envelope "II" HABILITAÇÃO dos licitantes que não tiveram esses envelopes abertos, o mesmo **ficará retido** podendo ser retirados em até **05 (cinco) dias**, após a publicação da homologação do certame, hipótese em que, decorrido o prazo serão devidamente inutilizados.
- 4.6. No caso da sessão do pregão, em <u>situação excepcional</u>, vir a ser suspensa antes de cumpridas todas as fases, os envelopes, devidamente rubricados no fechamento, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos, devendo os motivos serem consignados em ata e a continuação dar-se-á em sessão a ser convocada posteriormente.
- 4.6.1. A interrupção dos trabalhos de que trata o item acima, somente dar-se-á após a etapa competitiva de lances verbais, exceto nos casos apresentados pelo Pregoeiro, com anuência de todos os proponentes.
 - 4.7. Não será aceita, em nenhuma hipótese, a participação de licitante:

- a) retardatários, a não ser como ouvinte; ou
- b) que não apresentem a declaração de habilitação e inexistência de fato impeditivo em sua participação no presente certame.
- 4.8. Será aplicada penalidade prevista no *item 15.3* deste Edital ao licitante que fizer declaração falsa.
- 4.9 Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitandose a proponente desistente às penalidades constantes **no item 15.3** deste edital.

5. DA PROPOSTA DE PREÇOS (ENVELOPE "I")

- 5.1. A Empresa licitante deverá entregar a proposta de preços no **envelope** "**I**", sem emendas ou rasuras, apresentadas em papel timbrado da própria empresa, datilografada ou impressa por processo eletrônico, contendo, obrigatoriamente os itens abaixo relacionados e, **preferencialmente** conforme modelo de proposta **Anexo VII**:
 - a) nome, endereço, CNPJ e inscrição Estadual;
 - b) número do Pregão;
- c) descrição do objeto da presente licitação, em conformidade com as especificações constantes do **Anexo I** deste Edital, <u>constando obrigatoriamente a marca/modelo do(s) produto(s) ofertado(s), a qual deverá ser apresentada apenas 01 (uma) marca para cada item;</u>
- d) preço unitário e total, em algarismo, em moeda corrente nacional, limitando-se a <u>02 (duas) casas decimais</u>, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, fretes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;
- e) prazo de validade da proposta de, no mínimo, **60 (sessenta) dias,** contados a partir da data de sua apresentação;
- f) Declaração impressa na proposta ou anexada à mesma, de que o preço apresentado contempla todos os custos diretos e indiretos referentes ao objeto licitado:
- g) Declaração impressa na proposta ou anexada à mesma de que o produto ofertado atende todas as especificações exigidas no *Anexo I*;
- h) Prazo de entrega, instalação, configuração dos equipamentos e treinamento que não poderá ser superior a *30 (trinta) dias corridos* contados da data de recebimento pela empresa adjudicatária da Requisição de Compra;

- i) Os produtos deverão possuir garantia de no *mínimo 12 (doze) meses*, contados da data de emissão da Nota Fiscal e entrega do referido produto.
- 5.2. O preço é fixo e irreajustável, garantindo-se, todavia, a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, nos termos do Artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 6.1 Abertas às propostas, o Pregoeiro efetuará a classificação em ordem crescente a partir da proposta de "MENOR PREÇO UNITÁRIO POR LOTE", sendo que esta e as demais com preço <u>até 10% (dez por cento) superiores àquela</u>, estarão classificadas para a sessão de lances.
- 6.2 Quando não forem verificadas, **no mínimo 03 (três)** propostas escritas nas condições do item acima o pregoeiro classificará todas as melhores propostas subseqüentes, até o **máximo de 03 (três)**, para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas. Por outro lado, convém lembrar, que se apenas **02 (duas)** licitantes, ou pelo menos **01 (uma)**, apresentar proposta o certame pode prosseguir.
- 6.3. No caso de empate serão admitidas todas as propostas iniciais empatadas, independente do número de licitantes, e realizar-se-á o sorteio para definir a ordem de apresentação dos lances, e caso não havendo apresentação de lances por parte dos licitantes prevalecerá à ordem do sorteio para fins de classificação.
- 6.4. Aos licitantes classificados, será dada oportunidade para disputa, por meio de lances verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir do autor da proposta classificada de maior preço.
- 6.4.1. Os lances verbais serão efetuados e expressos em moeda corrente nacional, limitando-se a *02 (duas) casas decimais*.
- 6.5. O licitante que desistir de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, será excluído da etapa de lances verbais, mantendo-se o último preço apresentado pelo mesmo, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.6. Caso não se realize lance verbal, será verificado a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e o valor estimado para a contratação.
- 6.7. Quando houver discrepância na totalização dos valores apresentados na proposta, o Pregoeiro procederá à correção dos valores totais, mediante a elaboração de **Planilha de Conferência**, sempre prevalecendo os valores unitários propostos e as quantidades definidas no edital, nos seguintes casos:
- a) quando os valores totais propostos apresentarem erros de multiplicação entre a quantidade constante na proposta e o valor unitário proposto;
 - b) quando os valores totais propostos apresentarem erros em virtude

da quantidade constante na proposta apresentada for divergente da quantidade definida no edital:

- 6.7.1 Ocorrendo algumas das situações descritas acima, sempre prevalecerão os valores unitários propostos e as quantidades definidas no presente edital.
- 6.8. Quando houver discrepância entre os valores dos subtotais e os totais resultantes de erros de adição prevalecerão os valores dos subtotais corrigindo o valor total, levando-se ainda em consideração o item anterior;
- 6.9. No caso de discrepância dos dados ofertados nas propostas e nos anexos, prevalecerão os da proposta, exceto nos casos em que os anexos forem mais vantajosos para a Administração Pública.
- 6.10. Encerrada a etapa de lances, serão classificadas as propostas selecionadas e não selecionadas para essa etapa, na ordem crescente de valores, considerando-se para as selecionadas, o último preço ofertado. Com base nessa classificação, será assegurada às licitantes microempresas e empresas de pequeno porte preferência à contratação, observadas as seguintes regras:
- 6.10.1. O pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte, detentora da proposta de menor valor, dentre aquelas cujos valores sejam **iguais ou superiores até 5% (cinco por cento)** ao valor da proposta melhor classificada, para que apresente preço inferior ao da melhor classificada, no prazo de **5 (cinco) minutos**, sob pena de **preclusão do direito de preferência**.
- 6.10.2. A convocação será feita mediante **sorteio**, no caso de haver propostas empatadas, nas condições do **subitem 6.10.1**.
- 6.10.3. Não havendo a apresentação de novo preço, inferior ao preço da proposta melhor classificada, serão convocadas para o exercício do direito de preferência, respeitada a ordem de classificação, as demais microempresas e empresas de pequeno porte, cujos valores das propostas, se enquadrem nas condições indicadas no **subitem 6.10.1**.
- 6.10.4. Caso a detentora da melhor oferta, de acordo com a classificação de que trata o **subitem 6.10**, seja microempresa ou empresa de pequeno porte, não será assegurado o direito de preferência, passando-se, desde logo, à negociação do preço.
- 6.11. O pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor, obtida com base nas disposições dos **subitens 6.10.1 e 6.10.3**, ou, na falta desta, com base na classificação de que trata o **subitem 6.10**, com vistas à redução do preço.
- 6.12. Após a negociação, se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.

- 6.13. Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o Envelope "II", contendo os documentos de habilitação de seu autor.
- 6.14. Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro, respeitada a ordem de classificação de que trata o **subitem 6.10**, examinará a oferta subseqüente de menor preço, negociará com o seu autor, decidirá sobre a sua aceitabilidade e, em caso positivo, verificará as condições de habilitação e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta aceitável cujo autor atenda os requisitos de habilitação, caso em que será declarado vencedor.
- 6.14.1. Será de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração na proposta original, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto, ressalvadas apenas aquelas destinadas a sanar evidentes erros materiais, alterações essas que serão avaliadas pelo Pregoeiro. Contudo, se a licitante for classificada na sessão do Pregão para ofertar lances verbais, poderá fazê-lo na forma e oportunidade previstas neste Edital.
- 6.14.1.1. A falta de data e/ou rubrica e/ou assinatura nas declarações expedidas pelo próprio licitante ou na proposta poderão ser supridas pelo representante legal presente à reunião de abertura dos envelopes "I" proposta e "II" documentação, com poderes para esse fim.
- 6.15. Da reunião lavrar-se-á ata circunstanciada, na qual serão registradas as ocorrências relevantes e que, ao final, deverá obrigatoriamente ser assinada pelo Pregoeiro e pela Equipe de Apoio, e facultativamente assinada pelo(s) licitante(s), que poderão deixar de assinar a ata, desde que firmem declaração de desistência de tal ato, assim como, do direito de recorrer.
- 6.16. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital e seus Anexos.
- 6.17. Não poderá haver desistência dos lances ofertados, sujeitandose o licitante desistente às penalidades constantes deste edital.

6.18. DA DESCLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 6.18.1. Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente Edital e seus Anexos, sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento, ou que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
- 6.18.2. Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 6.18.3. A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:

- a) Cujo objeto não atenda às especificações, prazos e condições fixados neste edital:
- b) Que apresentem preços ou vantagens baseados exclusivamente em proposta ofertada pelos demais licitantes;
- c) Que contiverem cotação de objeto diverso daquele constante neste edital.
- d) apresentarem preços excessivos ou com preços manifestamente inexeqüíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos produtos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto; e
 - e) não atenderem às exigências contidas no edital deste pregão.
- 6.18.4. Quando todas as propostas forem desclassificadas, o Pregoeiro dará por encerrado o certame, lavrando-se ata a respeito.

6.19. DA ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

- 6.19.1. Para efeito de elaboração da proposta escrita e de seu julgamento, não será aceita, sob qualquer título, oferta de outros valores que não sejam os preços unitários por produto e o global da proposta.
- a) Para efeito de elaboração da proposta não poderá ser alterado o quantitativo indicado no **Anexo I**. Observado o *item 6.7.1*, do presente edital.
- 6.19.2. Não se admitirá proposta que apresentar preços global ou unitário simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que este pregão não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem aos materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.
- 6.19.3. Ao Pregoeiro, além do recebimento e exame das propostas, caberá o julgamento da obediência às condições aqui estabelecidas, bem, ainda, em seus anexos, e a decisão quanto às dúvidas ou omissões deste edital.
- 6.19.4. O Pregoeiro poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da Prefeitura Municipal de Rosana ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

7. DA HABILITAÇÃO (ENVELOPE "II")

7.1. É condição básica para a fase de habilitação, que os documentos poderão ser apresentados no original, por qualquer processo de cópia, autenticada

por cartório competente, ou mesmo cópia simples, desde que acompanhada do original para que seja autenticada pelo **Pregoeiro** ou por um dos **membros da Equipe de Apoio** no ato de sua apresentação:

- 7.2. Documentos Relativos à **HABILITAÇÃO JURÍDICA**, <u>conforme o caso</u>:
- a) Em se tratando de sociedades empresárias ou simples, o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial, nos termos da lei e conforme o caso, e, ainda, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício:
- c) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de **empresa ou sociedade estrangeira** em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- 7.2.1. Os documentos descritos nas alíneas "a" e "b" <u>deverão</u> <u>estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva e posteriores alterações</u>, conforme legislação em vigor.
- 7.2.2. Os documentos relacionados nas alíneas "**a**" e "**b**" deste **subitem 7.2** não precisarão constar do Envelope "II" HABILITAÇÃO, se <u>tiverem sido</u> apresentados para o credenciamento neste <u>Pregão</u>.
- 7.3. Documentos Relativos à **REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA:**
- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (**CNPJ**);
- b) Prova de regularidade para com as Fazendas: **Federal e Estadual**, do domicílio ou sede da sede do licitante, ou outra equivalente na forma da lei, mediante a apresentação das seguintes certidões:
- b.1) Certidão Conjunta Negativa de Débitos <u>ou</u> Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa, relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- b.2) Certidão de Regularidade de **ICMS** (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), expedida pelo órgão competente <u>ou</u> declaração de isenção <u>ou</u> de não incidência assinada pelo representante legal do licitante, sob as penas da lei.
 - c) Prova de regularidade perante o Sistema de Seguridade Social

(**INSS**), mediante a apresentação da CND (Certidão Negativa de Débito) <u>ou</u> CPD-EN (Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa);

- d) Prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**), por meio da apresentação do CRF (Certificado de Regularidade do FGTS); e
- e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da seguinte certidão:
- e.1) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (**CNDT**) <u>ou</u> Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com Efeitos de Negativa, expedida pelo Tribunal Superior do Trabalho.
- 7.4 Documentos Relativos à **QUALIFICAÇÃO ECÔNÔMICA-FINANCEIRA**:
- a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica.

7.5. **DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (Declarações):**

a) **Declaração** do licitante em papel timbrado e subscrita por seu representante legal, de que se encontra em *situação regular perante o Ministério do Trabalho*, conforme modelo estabelecido no **Anexo V**.

7.6. **DISPOSIÇÕES GERAIS DE HABILITAÇÃO**

- 7.6.1. Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até **90 (noventa)** dias a contar da data de sua emissão.
- 7.6.1.1. **Não** serão aceitos **protocolos de entrega** ou **solicitação de documentos** em substituição aos documentos ora exigidos, inclusive no que se refere às certidões.
- 7.6.1.2. Se o licitante for a **matriz**, todos os documentos deverão estar em **nome da matriz**, e se for a **filial**, todos os documentos deverão estar em **nome da filial**, <u>exceto aqueles documentos que</u>, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
 - 7.6.2. Não será aceita documentação remetida via fac-símile.
- 7.6.3. Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos efetivamente entregues de habilitação, poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão, até a decisão sobre a habilitação, sendo vedada a apresentação de documentos novos, exceto quanto as declarações constantes dos anexos do edital que poderão ser firmadas na sessão. Quando a licitante apresentar certidão extraída por meio da internet, que não seja original, o

Pregoeiro ou a Equipe de Apoio diligenciará efetuando consulta direta nos **sites** dos órgãos expedidores na Internet para **verificar a veracidade de documentos obtidos por este meio eletrônico**.

- 7.6.3.1. Se algum documento apresentar falha não sanável na sessão acarretará a **inabilitação** do licitante.
- 7.6.4. A verificação será certificada pelo Pregoeiro, anexando aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
- 7.6.5. A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será *inabilitada*.
- 7.6.6. Para habilitação das empresas e das microempresas ou empresas de pequeno porte, as mesmas deverão apresentar todos os documentos elencados nos *item 7.2 a 7.5*, inclusive, toda a documentação exigida para fins de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição.
- 7.6.6.1. Havendo restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da **publicação da homologação do certame**, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;
- 7.6.6.2. A **não regularização da documentação**, no prazo previsto no **subitem 7.6.6.1**, implicará na **decadência do direito à contratação**, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procedendo-se à convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do Artigo 4°, Inciso XXIII, da Lei Federal n° 10.520/02.
- 7.6.7. Constatado que o proponente atende as exigências do edital e após ser declarado vencedor, o pregoeiro procederá à adjudicação ao proponente vencedor.

8. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

- 8.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o ato convocatório do presente pregão, protocolizando o pedido na Divisão de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Rosana/SP, das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas (Brasília), na Avenida José Laurindo, nº 1.540 (pavimento superior), Município de Rosana SP.
 - 8.1.1. Eventual impugnação deverá ser dirigida ao subscritor deste

Edital e **protocolada** no Setor de Licitações, sito na Av. José Laurindo, nº 1540 (**pavimento superior**).

- 8.1.2. Admite-se impugnação por intermédio de "fac-símile *(18) 3288-8213* ou e-mail: **licitacoes@rosana.sp.gov.br**", ficando a validade do procedimento condicionada à apresentação do original no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**.
- 8.2. Acolhida à petição contra o ato convocatório, em despacho fundamentado, será designada nova data para a realização do certame, se fizer necessário, nos termos da lei.
- 8.3. A impugnação feita tempestivamente não impedirá o licitante de participar deste processo licitatório, caso a decisão sobre a petição não seja prolatada antes da data marcada para o recebimento e abertura dos envelopes proposta e documentação.
- 8.4. A entrega da proposta, sem que tenha sido tempestivamente impugnado este edital, implicará na plena aceitação, por parte das interessadas, das condições nele estabelecidas.

9. DOS RECURSOS

- 9.1. Dos atos do Pregoeiro cabe recurso, devendo haver manifestação verbal imediata na própria sessão pública, com o devido registro em ata da síntese da motivação da sua intenção, abrindo-se então o prazo de **03 (três) dias** que começará a correr a partir do dia em que houver expediente nesta Prefeitura para a apresentação das razões, por meio de memoriais, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para apresentar contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 9.2. A ausência de manifestação imediata e motivada do licitante na sessão pública importará a decadência do direito de recurso, na adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor e no encaminhamento do processo à autoridade competente para homologação.
- 9.3. Na hipótese de interposição de recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.
- 9.4. Uma vez decididos os recursos administrativos eventualmente interpostos e, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame ao licitante vencedor e encaminhará o processo à autoridade competente para a homologação.
- 9.5. O recurso contra decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo e o seu acolhimento resultará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

- 9.6. Os recursos devem protocolados na Divisão de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de Rosana, sito na Av. José Laurindo, nº 1540, em Rosana SP, dirigidos a Prefeita Municipal desta Administração.
- 9.7. A homologação do procedimento licitatório não obriga a Administração à contratação/aquisição do objeto licitado.

10. DO CONTRATO

- 10.1. Publicada a homologação do processo, o proponente vencedor deverá assinar o contrato no prazo máximo de **03 (três) dias úteis** contados da data de publicação, podendo ser prorrogado em caso de situação justificável e aceita pela Administração. A(s) proponente(s) vencedora(s) <u>deverá(ão) comparecer no Setor de Licitações da Prefeitura Municipal de Rosana/SP para realizar a assinatura do referido contrato, não sendo permitido o envio por qualquer meio de correspondência. Desta forma, a(s) proponente(s) fica(m) ciente(s) quanto à condição pré-estabelecida neste Edital.</u>
- 10.1.1. Para a assinatura do contrato, o proponente vencedor deverá apresentar nova certidão negativa válida (**subitem 7.3, alíneas "b" a "e"**), caso as certidões apresentadas para Habilitação tenham expirado sua validade entre a data da entrega do envelope II HABILITAÇÃO e a data da assinatura do contrato.
- 10.1.2 Caso a contratada esteja enquadrada na condição de **microempresa** ou **empresa de pequeno porte**, a mesma deverá apresentar no ato da assinatura do contrato:
- a) Certidão ou termo de enquadramento expedida(o) pela Junta Comercial, nos termos do Artigo 8º, da IN 103 de 30/04/2007¹.
- 10.2. Caso o adjudicatário não apresente situação regular no ato de assinatura do instrumento contrato, se recuse assiná-lo ou retirar o instrumento equivalente, **implicará na decadência do direito à contratação**. Neste caso, a Prefeitura Municipal de Rosana, sem prejuízo das sanções previstas neste edital, procederá a convocação dos licitantes para, em sessão pública, retomar os atos referentes ao procedimento licitatório, nos termos do Artigo 4°, Inciso XXIII, da Lei Federal n° 10.520/02.
- 10.2.1 A recusa do adjudicatário em assinar o instrumento contratual, dentro do prazo estabelecido no presente edital, caracteriza descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades previstas no Artigo 87 da Lei Federal nº 8666/93 e alterações posteriores e nas sanções administrativas previstas neste edital.

15

¹ Art. 8º - A comprovação da condição de microempresa ou empresa de pequeno porte pelo empresário ou sociedade será efetuada mediante certidão expedida pela Junta Comercial.

11. DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 11.1. Após a assinatura do contrato serão emitidas a(s) requisição(ões) de compra(s), na medida das necessidades da municipalidade.
- 11.2. O fornecimento do objeto adjudicado será realizado **de forma total**, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no edital.
- 11.3. O prazo de entrega, instalação, configuração dos equipamentos e treinamento que não poderá ser superior a *30 (trinta) dias corridos* contados da data de recebimento pela empresa adjudicatária da Requisição de Compra;
- 11.4. Correrá por conta da empresa adjudicatária as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como: instalação e configuração dos equipamentos e softwares, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e a entrega deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais desta Prefeitura.
- 11.4.1. A entrega e instalação dos equipamentos deverão ser feitas nos endereços indicados no *Anexo I* do presente Edital. (obs. Não será necessária a instalação lógica e elétrica, as quais são incumbência da Administração);
- 11.5. Constatadas irregularidades no objeto, esta Municipalidade, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:
- a) rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do memorial descritivo (**Anexo I**), determinando sua substituição;
- b) determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.
- 11.6. As irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo de *05* (*cinco*) *dias úteis*, contados do recebimento pela adjudicatária da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.
- 11.7. A entrega dos produtos deverá ser agendada através do telefone n° (18) 3288-1142 e o recebimento será realizado pelo Almoxarifado Central, sito na Rua Narciso Fecchio, nº 2212, Distrito Industrial Rosana SP, nas quantidades determinadas, conforme as necessidades e solicitação do respectivo(s) setor(es), que expedirá o Atestado de Recebimento ou atestará na própria Nota Fiscal o recebimento do(s) produto(s).
- 11.8. Só será emitido Atestado de Recebimento ou atestará na própria Nota Fiscal o recebimento do(s) produto(s), se atendidas às determinações deste edital e seus anexos.

- 11.9. O(s) produto(s) ofertado(s) deverá(ão) possuir as mesmas características apresentadas na Sessão Pública, preservando-se inclusive marca e/ou modelo:
- a) A Administração somente aceitará a substituição de marca e/ou modelo decorrente de fato(s) superveniente(s) devidamente comprovado(s).

12. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 12.1. A Prefeitura Municipal de Rosana efetuará o pagamento até **30** (**trinta**) dias contados da entrega dos produtos, instalação, configuração dos equipamentos, treinamento e apresentação da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) NFE(s) devidamente atestada(s) pelo setor, *em conta corrente vinculada ao CNPJ da contratada*.
- 12.1.1 Conforme o protocolo ICMS 42/09, alterado pelo protocolo ICMS 1/11 ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, os contribuintes (Exceto MEI) que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.
- 12.2. Havendo erro na Nota Fiscal Eletrônica **NFE** ou outra circunstância que desaprove a liquidação, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a empresa vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer tipo de ônus para a Prefeitura de Rosana.
- 12.3- Caso haja documentos faltantes ou incorretos, notificação interna de pendências ou irregularidades quanto aos produtos ou serviços, não será iniciada a contagem de prazo para pagamento.
- 12.4- A título de pagamento a contagem do prazo será a data de recebimento da Nota Fiscal atestada por esta prefeitura.
- 12.5- Quando constatado qualquer irregularidade na Nota Fiscal ou equivalente, será solicitada a empresa contratada carta de correção, caso não caiba, a nota fiscal será devolvida a Contratada para substituição, sendo o prazo de pagamento reiniciado após a entrega da Nota Fiscal substituída.

13. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa estimada de *R\$ 61.100,07 (sessenta e um mil, cem reais e sete centavos)* para a contratação da presente licitação, será suportada pelo financeiro da Prefeitura Municipal de Rosana, através de recursos que correrão por conta da(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s) do exercício de 2013: Manutenção do Serviços de Administração – Func. Prog.: 041220003.2.005 339030 (238); Func. Prog.: 041220003.2.005 449052 (275); Manutenção dos

Serviços de Pré Escolas – Func. Prog.: 123610008.2.016 339030 (874); Func. Prog.: 123610008.2.016 449052 (910); Manutenção dos Serviços do Ensino Fundamental - Func. Prog.: 123610008.2.017 339030 (959); Func. Prog.: 123610008.2.017 449052 (1060); Manutenção dos Serviços da Merenda Escolar - Func. Prog.: 123060010.2.018 339030 (1167); Func. Prog.: 123060010.2.018 449052 (1229); Manutenção dos Serviços do Depto. de Obras - Func. Prog.: 154520018.2.033 339030 (1955); Func. Prog.: 154520018.2.033 449052 (1992); Manutenção dos Serviços na Cidade de Primavera - Func. Prog.: 154520018.2.036 339030 (2069); Manutenção dos Serviços de Assistência Social - Func. Prog.: 082440019.2.037 339030 (2140); Func. Prog.: 082440019.2.037 449052 (2206); Manutenção dos Serviços da Saúde - Func. Prog.: 103020022.2.040 339030 (2408); Func. Prog.: 103020022.2.040 449052 (2507); Manutenção do Programa Saúde da Família - Func. Prog.: 103020022.2.039 339030 (2328); Func. Prog.: 103020022.2.039 449052 (2368).

14. DO AUMENTO OU SUPRESSÃO

- 14.1. Havendo interesse da Prefeitura Municipal de Rosana o valor inicial atualizado da aquisição poderá ser aumentado ou suprimido até o limite de 25% (vinte e cinco por cento), nos termos dos parágrafos 1° e 2° do artigo 65, da lei n° 8666/93, ficando o licitante vencedor a manter as mesmas condições licitadas.
- 14.1.1. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido neste item, exceto as supressões resultantes de acordo entre as partes.

15. DAS SANCÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 A aplicação de multa na infringência ao disposto nos artigos 81, 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, será assim disposta:
- 15.1.1 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato na Prefeitura Municipal de Rosana, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido por esta Municipalidade, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a seguinte penalidade de multa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor da obrigação não cumprida.
- 15.1.2 O atraso injustificado na execução do contrato de serviço, obra, ou na entrega de materiais, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02, sujeitará a contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado de 1% (um por cento) até o 20º (vigésimo) dia de atraso; quando será caracterizado a inexecução total ou parcial, sujeitando-se a penalidade prevista no item 15.1.3.
- 15.1.3 Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra poderão ser aplicada à contratada a penalidade de multa de **20%** (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, ensejando a mesma multa caso a proponente vencedora não apresente a documentação exigida para assinatura do

contrato.

- 15.2 As multas aqui previstas não impedem a aplicação de outras sanções previstas nas Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02.
- 15.3 Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de **até 05 (cinco) anos**, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:
 - 15.3.1 ensejar o retardamento na entrega do objeto deste

Pregão;

- 15.3.2 não mantiver a proposta, injustificadamente;
- 15.3.3 comportar-se de modo inidôneo;
- 15.3.4 fizer declaração falsa;
- 15.3.5 cometer fraude fiscal;
- 15.3.6 falhar ou fraudar a entrega do objeto contratado.
- 15.4 As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, facultada a defesa prévia do interessado no prazo **de 05 (cinco) dias úteis** após o recebimento da notificação.
- 15.5 A Prefeitura Municipal de Rosana/SP poderá efetuar a retenção de qualquer pagamento que for devido, para compensação das multas aplicadas, sendo que o valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** respondendo a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual deverá ser recolhida no prazo de *15 (quinze) dias corridos*, contados de sua notificação oficial quando ocorrer.

16. DA ANULAÇÃO E DA REVOGAÇÃO DO PREGÃO

- 16.1. A critério da Prefeitura Municipal de Rosana, este pregão poderá:
 a) ser anulado se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante justificativa escrita e devidamente fundamentada; ou
- b) ser revogado se for considerado inoportuno ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta; ou
- c) ter sua data de abertura dos envelopes documentação e proposta transferida, por conveniência exclusiva da Prefeitura Municipal de Rosana.
 - 16.2. Será observado, ainda, quanto ao procedimento deste pregão:
- a) a anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 da Lei Federal nº 8.666/93;

b) no caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

17. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 17.1. O Pregoeiro e sua Equipe de Apoio prestarão, às empresas interessadas, quaisquer esclarecimentos relativos à presente licitação, na Prefeitura Municipal de Rosana/SP, à Av. José Laurindo, n° 1540 (pavimento superior), Centro, Fone: (18) 3288-8210, das 08:00 as 11:00 e das 13:00 as 17:00 horas (Brasília).
- 17.2. Os casos omissos no presente Edital serão resolvidos pelo Pregoeiro com assessoramento da Equipe de Apoio com base na legislação vigente.
- 17.3. As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.

18. DO FORO

18.1. Fica eleito o foro da Única Vara da Comarca de Rosana - SP, como o único capaz de conhecer dirimir as dúvidas e litígios oriundos do presente instrumento e seu objeto.

19. ANEXOS DO EDITAL

- 19.1. Fazem parte integrante do presente edital, os seguintes anexos:
 - I Memorial descritivo/Objeto da licitação;
 - II Recibo de Retirada de Edital pela Internet:
- III Modelo de Declaração de Habilitação e Inexistência de Fatos Impeditivos;
- IV Modelo de Declaração de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;
- V Modelo de Declaração de Situação Regular perante o Ministério do Trabalho:
 - VI Modelo de Proposta;
 - VII Modelo de Procuração para Credenciamento; e
 - VIII Minuta de Contrato.

Rosana, 11 de setembro de 2013.

FERNANDO SILGUEIRO MENDES RAMALHO

Diretor da Divisão de Compras e Licitações

ANEXO I

(Memorial descritivo/Objeto da Licitação)

Processo: Pregão (Presencial) nº 077/2013 - RETIFICADO E PRORROGADO

Objeto: <u>aquisição de 20 (vinte) coletores de dados biométrico (relógio de ponto eletrônico)</u>, <u>para o controle de freqüência dos servidores dos diversos setores da Municipalidade, com entrega total, incluindo software gerenciador, serviços de instalação, treinamento e suporte técnico, conforme segue:</u>

LOTE	Descrição do Produto/Serviço	Unid.	Quant.
_	SISTEMAS DE MARCAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PONTO		
	ELETRÔNICO HARDWARE - EQUIPAMENTO DE COLETA E REGISTRO		
	DE PONTO ELETRÔNICO, POR MEIO DA LEITURA DA IMPRESSÃO		
	DIGITAL DO SERVIDOR (POR BIOMETRIA).		
	O equipamento eletrônico deverá possuir os seguintes requisitos mínimos:		
	• Atender a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE nº 1.510/09;		
	Estar homologado pelo MTE;		
	• Deve ser produzido com tecnologia de última geração de 32 bits;		
	Deve ser confeccionado em caixa resistente com sistema de fechamento do		
	acesso ao seu interior;		
	Aparelho com possibilidade de fixação em parede;		
	• Sistema de No- break INTERNO e/ou EXTERNO para cada aparelho, com		
	autonomia de no mínimo 4 horas em operação;		
	• Alimentação: fonte automática bi-volt 110/220;		
	• Interface de comunicação Ethernet 10/100 com protocolo TCP-IP TCP/IP		
	(rede cabeada), permitindo realizar conexão com o equipamento em qualquer		
	ponto na rede;		
	Não será aceito equipamento que utilize conversor de interface SERIAL para TCP/IP;		
	• Leitor de digitais para no mínimo 1.900 digitais e que permita o cadastro de	Unid.	20
	no mínimo 02 (duas) digitais por funcionário;		
	• Possuir no mínimo 02 (duas) portas USB's externas, para utilização de pen		
1	drive universal e não proprietário, sendo que uma porta para captura dos		
	dados armazenados na MRP (Memória de Registro de Ponto) exclusiva para		
	o Auditor Fiscal do Trabalho, e outra para recolhimento dos registros de ponto		
	e programação do equipamento, inclusive com inserção e coleta de		
	impressões digitais;		
	• Possuir calendário perpétuo, com opção de configuração do horário de		
	verão;		
	• Capacidade para atender no mínimo 200 funcionários, capacidade de		
	armazenamento de registro em memória (MRP) mínimo de 1.000.000;		
	Capacidade de trabalhar em rede;		
	Cada aparelho deverá ser fornecida uma bobina de no mínimo 300 mts		
	compatível;		
	• Sistema contra violação do equipamento: Conta com sensores que travam o		
	equipamento em qualquer tentativa de abertura/dano;		
	Display de Cristal líquido (LDC) com backlight (iluminação do display);		
	Garantia do aparelho de no mínimo 12 (doze) meses		
	Software de tratamento de ponto que comporte no mínimo 1000		
	funcionários		
	O software deverá oferecer:	Unid.	1
	Apresentar licença definitiva, por tempo indeterminado e sem limitações em	51	•
	nome do Município de Rosana (Prefeitura Municipal de Rosana);		
	Compatível com sistema operacional Windows XP, Windows Sever 2003 ou		

superior ou Linux e banco de dados SQL Server 2008, MySQL 5 ou superior ou PostGreSQL 8.3 ou superior;

- Oferecer exportação e importação de dados cadastrais dos servidores em arquivo TXT ou XML de formato configurável, fácil integração com sistema de ponto da Gestão Municipal de Recursos e Folha de Pagamento.
- Armazenar as informações de entrada e saída dos servidores registrados por meio dos coletores de ponto;
- Fazer a comunicação "broadcasting" (transmissão de dados onde todos os receptores recebem a mesma informação de forma simultânea) de sincronismo de informações dos eventos registrados pelos servidores em exercício no (Departamento de Recursos Humanos Servidor de banco de dados da Prefeitura), coletados em todos os equipamentos de registro de ponto instalados, disponibilizando banco de dados com as informações colhidas:
- Oferecer monitoramento, em tempo real, das condições operacionais dos equipamentos de coleta de ponto, apontando eventuais erros ou indisponibilidades;
- Permitir a transferência dos dados coletados para banco de dados SQL Server 2008, MySQL 5 ou superior ou PostGreSQL 8.3 ou superior para o Servidor de dados da Folha de Pagamento da Prefeitura Municipal;
- Permitir instalação do sistema em ponto de estação, para realização dos serviços de controle do ponto e monitoramento das condições operacionais dos equipamentos intalados em diversos pontos da municipalidade;
- Registrar as alterações, inserções e remoções de dados feitas pelos operadores do sistema ("log"), para uma eventual auditoria;
- Oferecer a emissão de relatórios de inconsistência, quadro de horários, resumo das horas, ocorrências e listagem de todas as tabelas do sistema;
- Oferecer cadastro de servidores com ocorrência de afastamentos, licenças, férias e jornada de trabalho diferenciada;
- Oferecer a Parametrização, com opções definição de tolerâncias, justificativas, horários de trabalho e feriados:
- Oferecer emissão de relatório mensal detalhando a frequência dos servidores:
- Deverá ser entregue as Midias CD ROM de instalação do Software, manual de instalação software e manual do usuário.

As instalações dos relógios de ponto eletrônico serão instalados nos endereços constantes da tabela abaixo:

Cidade	Locais	Endereços	Qtdade func.
	· Cozinha Piloto	Av. dos Barrageiros s/n°	33
	· EMEI Antonio Felix Gonçalves	Rua Londrina, s/nº – quadra 14 – Primavera - Rosana/SP.	96
	· Manutenção	Av. Leste, nº 500 – quadra 53B – Primavera - Rosana/SP.	29
Primavera	· Centro de Especialidade	Rua do Comércio 2040 quadra 52A	16
	· ESF V	Rua Cuiabá s/nº quadra 146	
	· ESF VI	Av. Oeste, s/nº - quadra 82 – Primavera - Rosana/SP	16
	·Sub Prefeitura	Rua Duas Barras nº 55 - quadra 129 – Primavera /SP.	92
Rosana	· Setor de Educação	Rua José Velasco, nº 1963 – Rosana/SP.	16
	· Assistência Social		16
	·Setor de Obras	Rua Serafim Pedro Gale, nº 880 – Rosana/SP.	72

	· Paço Municipal	Av. José Laurindo, nº 1540 – Rosana/SP/	46
	· EMEI Maria Terezinha Camargo Jardim	Rua Joaquim Domingos da Silva, s/nº - Rosana/SP.	45
	· Cac	Rua Joaquim Domingos da Silva, s/nº - Bloco: B - Rosana/SP.	10
	· ESF II	Rua Paulo Sobrinho 886	
	· ESF IV	Rua Gonçalves Soares Branquinho s/ nº	15
	· Unidade Básica de Saúde	Rua Maria Moraes Soares 751	
	· Creche Joaquim Lopes Teixeira	Rua Ariel Pinheiro Calumby, nº 1368 – Rosana/SP.	73
	· ESF I- Setor II – Gleba XV	Setor II – Gleba XV de Novembro	17
Glebas	· ESF III – Setor III – Gleba XV	Setor III – Gleba XV de Novembro	18
	· ESF VII – Nova Pontal	Assentamento Nova Pontal	31

DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 1. O fornecimento do objeto adjudicado será realizado *de forma total*, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no edital.
- 2. O prazo de entrega, instalação, configuração dos equipamentos e treinamento não poderá ser superior a *30 (trinta) dias corridos* contados da data de recebimento pela empresa adjudicatária da Requisição de Compra.
- 3. Correrá por conta da empresa adjudicatária as despesas para efetivo atendimento ao objeto licitado, tais como: instalação e configuração dos equipamentos e softwares, seguro, transporte, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários e a entrega deverá ocorrer sem prejuízo dos serviços normais desta Prefeitura.
- 4. Constatadas irregularidades no objeto, esta Municipalidade, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:
- a) rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do memorial descritivo (**Anexo I**), determinando sua substituição;
- b) determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.
- 5. As irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo de *05* (*cinco*) *dias úteis*, contados do recebimento pela adjudicatária da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.
- 6. A entrega dos produtos deverá ser agendada através do telefone nº (18) 3288-1142 e o recebimento será realizado pelo Almoxarifado Central, sito na Rua Narciso Fecchio, nº 2212, Distrito Industrial Rosana SP, nas quantidades determinadas, conforme as necessidades e solicitação do respectivo(s) setor(es), que expedirá o Atestado de Recebimento ou atestará na própria Nota Fiscal o recebimento do(s) produto(s).

- 7. Só será emitido Atestado de Recebimento ou atestará na própria Nota Fiscal o recebimento do(s) produto(s), se atendidas às determinações deste edital e seus anexos.
- 8. O(s) produto(s) ofertado(s) deverá(ão) possuir as mesmas características apresentadas na Sessão Pública, preservando-se inclusive marca e/ou modelo:
- a) A Administração somente aceitará a substituição de marca e/ou modelo decorrente de fato(s) superveniente(s) devidamente comprovado(s).

TREINAMENTO

- 1 A empresa vencedora deverá prover treinamento aos servidores responsáveis pela operação dos sistemas;
- 2 O treinamento deverá iniciar-se imediatamente após a instalação e configuração dos equipamentos/softwares;

GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- 1 Os identificadores biométricos deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses, contados da data de emissão da Nota Fiscal e entrega do referido produto.
- 2 A assistência técnica deverá disponibilizar telefone, fax ou e-mail para abertura de chamados;
- 3 A assistência técnica durante o período de garantia dos equipamentos será prestada 'in loco' em dias úteis (segunda-feira à sexta-feira), em horário de expediente da Prefeitura, ou seja, das 08h00min as 17h00min, por profissionais especializados, instruídos, incluindo substituição de peças, ajustes, reparos, correções necessárias para o perfeito funcionamento dos equipamentos;
- 4 A empresa deverá dar suporte técnico telefônico, durante o período de garantia, para resolução de problemas de configuração e utilização dos equipamentos;

ANEXO II

RECIBO DE RETIRADA DE EDITAL PELA INTERNET

PREGÃO (PRESENCIAL) N° 077/2013 (RETIFICADO E PRORROGADO) – AQUISIÇÃO DE 20 (VINTE) COLETORES DE DADOS BIOMÉTRICO (RELÓGIO DE PONTO ELETRÔNICO), PARA O CONTROLE DE FREQÜÊNCIA DOS SERVIDORES DOS DIVERSOS SETORES DA MUNICIPALIDADE, COM ENTREGA TOTAL, INCLUINDO SOFTWARE GERENCIADOR, SERVIÇOS DE INSTALAÇÃO, TREINAMENTO E SUPORTE TÉCNICO, CONFORME ANEXO I.

Razão Social:			
CNPJ n°:			
Endereço:			
e-mail:			
Cidade:		Estado:	
Telefone:		Fax:	
Recebemos, atrinstrumento con	avés do ace vocatório da	esso à página <u>www.rosana.sp.gov.br</u> , nes a licitação acima identificada.	sta data, cópia do
Local:_		, de	de 20
	-	Assinatura	-
	Nome:		

Sr. Licitante,

Visando à comunicação futura entre a Prefeitura Municipal de Rosana e essa empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo à Divisão de licitações, por meio do fone/fax: *(18)* 3288-8213.

A não remessa do recibo exime a Divisão de Compras e Licitações da comunicação de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Recomendamos, ainda, consultas à referida página para eventuais comunicações e/ou esclarecimentos disponibilizados acerca do processo licitatório.

ANEXO III

(Este anexo é um modelo e deve ser feito, preferencialmente, em papel timbrado do licitante)

DECLARAÇÃO DE HABILITAÇÃO

A empresa (), inscrita no
CNPJ sob n^{o} (), com sede na (), na
cidade de () Estado (), por intermédio do seu representante ou
procurador, Sr(a). (), portador(a) do RG. n° (),
DECLARO, sob as penas da lei, que a empresa cumpre plenamente as exigências
e os requisitos de habilitação previstos no instrumento convocatório do Pregão
(Presencial) nº 077/2013, realizado pela Prefeitura Municipal de Rosana,
inexistindo qualquer fato impeditivo de sua participação no presente certame.
Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.
Local e data.
(nome e assinatura do representante legal da empresa)
(nome e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO IV

(Este anexo é um modelo e deve ser feito, preferencialmente, em papel timbrado do licitante)

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO , sob as penas da lei, sem prejuizo das sanções e
multas previstas neste ato convocatório, que a empresa (
), inscrita no CNPJ sob nº (), com sede na (
), na cidade de () Estado (), é (vide
observação)*, nos termos do enquadramento previsto na Lei Complementar nº 123,
de 14 de dezembro de 2006 e alterações posteriores, cujos termos declaro
conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a exercer o direito de preferência como
critério de desempate no procedimento licitatório do $\it Pregão$ ($\it Presencial$) $\it n^\circ$
077/2013, realizado pela Prefeitura Municipal de Rosana.
DECLARO ainda que a empresa não está inclusa nas
vedações constantes do § 4º do Artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de
dezembro de 2006 e alterações posteriores.
Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e criminal por eventual falsidade.
Local e data.
(nome e assinatura do representante legal da empresa)

*Observação: Neste campo, deverá especificar se é microempresa ou empresa de pequeno porte.

ANEXO V

(Este anexo é um modelo e deve ser feito, preferencialmente, em papel timbrado do licitante)

DECLARAÇÃO DE SITUAÇÃO REGULAR PERANTE O MINISTÉRIO DO TRABALHO

A empresa (), inscrita no
CNPJ sob n^{o} (), com sede na (), na
cidade de () Estado (), por intermédio do seu representante ou
procurador, Sr(a). (), portador(a) do RG. n° (),
interessada em participar do $\textit{Pregão}$ ($\textit{Presencial}$) \textit{n}° 077/2013, da Prefeitura
Municipal de Rosana, DECLARO , sob as penas da Lei, que, nos termos do \S 6° do
Artigo 27 da Lei Federal nº 6.544 de 22 de novembro de 1989, encontra-se em
situação regular perante o Ministério do Trabalho, no que ser refere à observância do
disposto no Inciso XXXIII do Artigo 7° da Constituição Federal.
Por ser verdade, o signatário assume responsabilidade civil e
criminal por eventual falsidade.
Local e data.
(nome e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO VI

(Modelo de proposta)

PROPOSTA – PREGÃO (PRESENCIAL) Nº 077/2013 (RETIFICADO E PRORROGADO).

Razão social:		
CNPJ:		Insc. Est.:
Endereço:		
Cidade: Cidade		Estado:
Telefone:	Email: _	

À Prefeitura Municipal de Rosana,

Vimos através desta, apresentar proposta comercial referente ao **Pregão (Presencial) nº 077/2013**, cujo objeto é a <u>aquisição de 20 (vinte) coletores</u> <u>de dados biométrico (relógio de ponto eletrônico), para o controle de freqüência dos servidores dos diversos setores da Municipalidade, com entrega total, incluindo software gerenciador, serviços de instalação, treinamento e suporte técnico conforme **Anexo I**, nos termos seguintes:</u>

LOTE	Descrição do Produto/Serviço	Unid.	Quant.	Marca/ Modelo	Valor Unit. – R\$	Valor Total – R\$
1	SISTEMAS DE MARCAÇÃO E GERENCIAMENTO DE PONTO ELETRÔNICO HARDWARE - EQUIPAMENTO DE COLETA E REGISTRO DE PONTO ELETRÔNICO, POR MEIO DA LEITURA DA IMPRESSÃO DIGITAL DO SERVIDOR (POR BIOMETRIA). O equipamento eletrônico deverá possuir os seguintes requisitos mínimos: • Atender a Portaria do Ministério do Trabalho e Emprego – MTE nº 1.510/09; • Estar homologado pelo MTE; • Deve ser produzido com tecnologia de última geração de 32 bits; • Deve ser confeccionado em caixa resistente com sistema de fechamento do acesso ao seu interior; • Aparelho com possibilidade de fixação em parede; • Sistema de No- break INTERNO e/ou EXTERNO para cada aparelho, com autonomía de no mínimo 4 horas em operação; • Alimentação: fonte automática bi-volt 110/220; • Interface de comunicação Ethernet 10/100 com protocolo TCP-IP TCP/IP (rede cabeada), permitindo realizar conexão com o equipamento em qualquer ponto na rede; • Não será aceito equipamento que utilize conversor de interface SERIAL para TCP/IP; • Leitor de digitais para no mínimo 1.900 digitais e que permita o cadastro de no mínimo 02 (duas) digitais por funcionário; • Possuir no mínimo 02 (duas) portas USB's externas, para utilização de pen drive universal e não proprietário, sendo que uma porta para captura dos dados armazenados na MRP (Memória de Registro de Ponto) exclusiva para o Auditor Fiscal do Trabalho, e outra para recolhimento dos registros de ponto e programação do equipamento, inclusive com inserção e coleta de impressões digitais; • Possuir calendário perpétuo, com opção de configuração do horário de verão; • Capacidade para atender no mínimo 200 funcionários,	Unid.	20			

capacidade de armazenamento de registro em memória (MRP)				
mínimo de 1.000.000;				
Capacidade de trabalhar em rede;				
Cada aparelho deverá ser fornecida uma bobina de no mínimo				
300 mts compatível;				
,				
Sistema contra violação do equipamento: Conta com sensores				
que travam o equipamento em qualquer tentativa de				
abertura/dano;				
Display de Cristal líquido (LDC) com backlight (iluminação do				
display);				
Garantia do aparelho de no mínimo 12 (doze) meses				
Software de tratamento de ponto que comporte no mínimo				
1000 funcionários				
O software deverá oferecer:				
Apresentar licença definitiva, por tempo indeterminado e sem				
limitações em nome do Município de Rosana (Prefeitura				
Municipal de Rosana);				
Compatível com sistema operacional Windows XP, Windows				
Sever 2003 ou superior ou Linux e banco de dados SQL Server				
2008, MySQL 5 ou superior ou PostGreSQL 8.3 ou superior;				
Oferecer exportação e importação de dados cadastrais dos				
servidores em arquivo TXT ou XML de formato configurável,				
fácil integração com sistema de ponto da Gestão Municipal de				
Recursos e Folha de Pagamento.				
Armazenar as informações de entrada e saída dos servidores				
registrados por meio dos coletores de ponto;				
Fazer a comunicação "broadcasting" (transmissão de dados and tadas as recentars resolvent a masma informação de dados and tadas as recentars recentars.				
onde todos os receptores recebem a mesma informação de				
forma simultânea) de sincronismo de informações dos eventos				
registrados pelos servidores em exercício no (Departamento de				
Recursos Humanos Servidor de banco de dados da Prefeitura),				
coletados em todos os equipamentos de registro de ponto				
instalados, disponibilizando banco de dados com as				
informações colhidas;				
Oferecer monitoramento, em tempo real, das condições				
operacionais dos equipamentos de coleta de ponto, apontando	Unid.	1		
eventuais erros ou indisponibilidades;				
Permitir a transferência dos dados coletados para banco de				
dados SQL Server 2008, MySQL 5 ou superior ou PostGreSQL				
8.3 ou superior para o Servidor de dados da Folha de				
Pagamento da Prefeitura Municipal;				
Permitir instalação do sistema em ponto de estação, para solização dos controlos do ponto o monitoromento.				
realização dos serviços de controle do ponto e monitoramento				
das condições operacionais dos equipamentos intalados em				
diversos pontos da municipalidade;				
• Registrar as alterações, inserções e remoções de dados feitas				
pelos operadores do sistema ("log"), para uma eventual				
auditoria;				
 Oferecer a emissão de relatórios de inconsistência, quadro de 				
horários, resumo das horas, ocorrências e listagem de todas as				
tabelas do sistema;				
Oferecer cadastro de servidores com ocorrência de				
afastamentos, licenças, férias e jornada de trabalho				
diferenciada;				
Oferecer a Parametrização, com opções definição de				
tolerâncias, justificativas, horários de trabalho e feriados;				
Oferecer emissão de relatório mensal detalhando a frequência				
·				
dos servidores;				
Deverá ser entregue as Midias CD ROM de instalação do Setturas a manual de instalação activas a manual de variéties.				
Software, manual de instalação software e manual do usuário.		00000		
VALOR TOT	AL DA	PROPOS	IA – R\$	

Obs.: Deverá constar, obrigatoriamente, a marca/modelo do(s) produto(s) ofertado(s), a qual deverá ser apresentada apenas 01 (uma) marca para cada item.
I - A validade da presente proposta: (por extenso) dias da abertura das propostas. (Mínimo de 60 dias)
II - Prazo de entrega, instalação, configuração dos equipamentos e treinamento: (por extenso) dias corridos contados da data de recebimento pela empresa adjudicatária da Requisição de Compra. (Máximo de 30 dias corridos)
 III – Prazo de garantia definido pelo fabricante dos mesmos, contados da data de emissão da Nota Fiscal e entrega do referido produto.
IV – DECLARO que o preço acima indicado contempla todos os custos diretos e indiretos incorridos na data da apresentação desta proposta incluindo, entre outros: instalação e configuração dos equipamentos e softwares, seguro, transporte, tributos, lucro, encargos trabalhistas e previdenciários.
V- DECLARO , sob as penas da lei, que o(s) produto(s) ofertado(s) atende(m) todas as especificações exigidas no <i>Anexo I</i> .
Local e data.
(nome e assinatura do representante legal da empresa)

ANEXO VII

(MODELO DE PROCURAÇÃO PARA CREDENCIAMENTO)

PROCURAÇÃO

A empresa (), inscrita no
CNPJ sob nº (), com sede na (), na
cidade de () Estado (), neste ato representada pelo(s) (diretores
ou sócios, com qualificação completa - nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil,
profissão e endereço) pelo presente instrumento de mandato, nomeia e constitui,
seu(s) Procurador(es) o Senhor(es) (nome, RG, CPF, nacionalidade, estado civil,
profissão e endereço), a quem confere(m) amplos poderes para junto a
PREFEITURA MUNICIPAL DE ROSANA - SP, praticar os atos necessários para
representar a outorgante na licitação na modalidade de <i>Pregão (Presencial) nº</i>
077/2013, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhes, ainda,
poderes especiais para desistir de recursos, interpô-los, apresentar lances verbais,
negociar preços e demais condições, confessar, transigir, desistir, firmar
compromissos ou acordos, assinar contratos, receber e dar quitação, podendo ainda,
substabelecer esta para outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo
por bom firme e valioso.

Local e data.

Nome e número da identidade do declarante (representante legal da empresa)

RECONHECER FIRMA

ANEXO VIII

(MINUTA DE CONTRATO)

INSTRUMENTO PARTICULAR DE CONTRATO DE FORNECIMENTO DE PRODUTOS QUE ENTRE SI FAZEM: MUNICÍPIO DE ROSANA E (-----).

Pelo presente instrumento particular de contrato de fornecimento de produtos, de um lado a **MUNICÍPIO DE ROSANA**, inscrito no CNPJ/MF sob nº 67.662.452/0001-00, neste ato representado pela Prefeita Municipal **Sra. SANDRA APARECIDA DE SOUZA KASAI**, brasileira, casada, residente e domiciliado no Município de Rosana, doravante denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa (------), CNPJ. nº (------), com sede na (-----), na cidade (------), Estado (-----), neste ato representada por (------), portador do CPF (------) e do RG (------), doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, tem entre si como certo e ajustado o presente contrato, que será regida pela Lei Federal nº 10.520, de 17/07/2002, Decreto Municipal nº 1.288, de 29/10/2007, Decreto Municipal nº 1370, de 10/07/2008, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, do processo licitatório modalidade **Pregão (Presencial) nº 077/2013** e com as cláusulas e condições a seguir aduzidas:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

O presente contrato tem por objeto a <u>aquisição de 20 (vinte) coletores de dados biométrico</u> (relógio de ponto eletrônico), para o controle de freqüência dos servidores dos diversos <u>setores da Municipalidade, com entrega total, incluindo software gerenciador, serviços de instalação, treinamento e suporte técnico conforme Anexo I, ficando a CONTRATADA obrigada a fornecer o(s) produto(s) abaixo relacionado(s) com as mesmas características e preços propostos no processo licitatório, modalidade Pregão (Presencial) nº 077/2013:</u>

Item	Descrição do produto/Serviço	Unid.	Quant.	Marca/Modelo	Valor Unit.	Valor Total	
Total Geral							

DO FORNECIMENTO CLÁUSULA SEGUNDA

O fornecimento do(s) produto(s) será realizado em sua *totalidade*, em conformidade com as especificações e condições estabelecidas neste edital, em seus anexos e na proposta apresentada, prevalecendo, no caso de divergência, as especificações e condições estabelecidas no edital.

PARAGRÁFO PRIMEIRO

A entrega dos produtos deverá ser agendada através do telefone nº (18) 3288-1142 e o recebimento será realizado pelo Almoxarifado Central, sito na Rua Narciso Fecchio, nº 2212, Distrito Industrial – Rosana – SP, nas quantidades determinadas, conforme as necessidades e solicitação do respectivo(s) setor(es), que expedirá o Atestado de Recebimento ou atestará na própria Nota Fiscal o recebimento do(s) produto(s).

PARAGRÁFO SEGUNDO

Só será emitido Atestado de Recebimento ou atestará na própria Nota Fiscal o recebimento do(s) produto(s), se atendidas as determinações deste edital e seus anexos.

PARAGRÁFO TERCEIRO

Constatadas irregularidades no objeto, esta Municipalidade, sem prejuízo das penalidades cabíveis, poderá:

- a) rejeitá-lo no todo ou em parte se não corresponder às especificações do memorial descritivo (*Anexo I*), determinando sua substituição:
- b) determinar sua complementação se houver diferença de quantidades ou de partes.

PARAGRÁFO QUARTO

As irregularidades deverão ser sanadas no prazo máximo de **05** (cinco) dias úteis, contados do recebimento pela adjudicatária da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente ofertado.

PARAGRÁFO QUINTO

O prazo de entrega, instalação, configuração dos equipamentos e treinamento não poderá ser superior a **30** (*trinta*) *dias corridos* contados da data de recebimento pela empresa adjudicatária da Requisição de Compra.

DO PREÇO CLÁUSULA TERCEIRA

A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelo fornecimento do(s) produto(s) constante(s) do lote(ns): (----), totalizando o valor de R\$ (-----) (-------), declinando, conforme o disposto no Artigo 55, Inciso V, da Lei Federal nº 8.666/93, a categoria econômica e indicando a classificação funcional programática pertinente ao crédito pelo qual ocorrerá à despesa, da forma seguinte, referente ao exercício de 2013: Manutenção do Serviços de Administração - Func. Prog.: 041220003.2.005 339030 (238); Func. Prog.: 041220003.2.005 449052 (275); Manutenção dos Serviços de Pré Escolas - Func. Prog.: 123610008.2.016 339030 (874); Func. Prog.: 123610008.2.016 449052 (910); Manutenção dos Serviços do Ensino Fundamental - Func. Prog.: 123610008.2.017 339030 (959); Func. Prog.: 123610008.2.017 449052 (1060); Manutenção dos Serviços da Merenda Escolar - Func. Prog.: 123060010.2.018 339030 (1167); Func. Prog.: 123060010.2.018 449052 (1229); Manutenção dos Serviços do Depto. de Obras - Func. Prog.: 154520018.2.033 339030 (1955); Func. Prog.: 154520018.2.033 449052 (1992); Manutenção dos Serviços na Cidade de Primavera - Func. Prog.: 154520018.2.036 339030 (2069); Manutenção dos Serviços de Assistência Social - Func. Prog.: 082440019.2.037 339030 (2140); Func. Prog.: 082440019.2.037 449052 (2206); Manutenção dos Serviços da Saúde - Func. Prog.: 103020022.2.040 339030 (2408); Func. Prog.: 103020022.2.040 449052 (2507); Manutenção do Programa Saúde da Família - Func. Prog.: 103020022.2.039 339030 (2328); Func. Prog.: 103020022.2.039 449052 (2368).

PARÁGRAFO ÚNICO

O preço constante da **CLÁUSULA TERCEIRA** inclui todas e quaisquer despesas diretas e indiretas, impostos Municipais, Estaduais e Federais, fretes que sempre correrão por conta da **CONTRATADA**, sem mais nenhum acréscimo a qualquer título, não obrigando em nada a **CONTRATANTE**.

DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO CLÁUSULA QUARTA

A CONTRATANTE efetuará o pagamento em até 30 (trinta) dias contados da entrega dos

produtos, instalação, configuração dos equipamentos, treinamento e apresentação da(s) respectiva(s) Nota(s) Fiscal(is) Eletrônica(s) - **NFE**(s) devidamente atestada(s) pelo setor, **em conta corrente vinculada ao CNPJ da contratada**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Conforme o protocolo ICMS 42/09, alterado pelo protocolo ICMS 1/11 ficam obrigados a emitir Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, modelo 55, em substituição à Nota Fiscal, modelo 1 ou 1-A, os contribuintes (Exceto MEI) que, independentemente da atividade econômica exercida, realizem operações destinadas à Administração Pública direta ou indireta.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Havendo erro na Nota Fiscal Eletrônica - **NFE** ou outra circunstância que desaprove a liquidação, a mesma será devolvida e o pagamento ficará pendente até que a empresa vencedora providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a regularização da situação ou reapresentação do documento fiscal, não acarretando qualquer tipo de ônus para a Prefeitura de Rosana.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Caso haja documentos faltantes ou incorretos, notificação interna de pendências ou irregularidades quanto aos produtos ou serviços, não será iniciada a contagem de prazo para pagamento.

PARÁGRAFO QUATRO

A título de pagamento a contagem do prazo será a data de recebimento da Nota Fiscal atestada por esta prefeitura.

PARÁGRAFO QUINTO

Quando constatado qualquer irregularidade na Nota Fiscal ou equivalente, será solicitada a empresa contratada carta de correção, caso não caiba, a nota fiscal será devolvida a **CONTRATADA** para substituição, sendo o prazo de pagamento reiniciado após a entrega da Nota Fiscal substituída.

DO REAJUSTE CLÁUSULA QUINTA

O preço é fixo e irreajustável, garantindo-se, todavia, a manutenção do equilíbrio econômico financeiro, nos termos do Artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

DO PRAZO CLÁUSULA SEXTA

Convencionam-se as partes contratantes que a vigência do presente contrato será pelo período de **90** (**noventa**) **dias**, contados da assinatura do mesmo, vigorando o presente instrumento no período de **xx/xx/xxxx a xx/xx/xxxx**.

DA RESCISÃO CLÁUSULA SÉTIMA

O presente contrato poderá ser rescindido unilateralmente pela **CONTRATANTE**, a qualquer momento, bastando para tanto simples comunicação por escrito.

CLÁUSULA OITAVA

Caso a **CONTRATANTE** não rescinda unilateralmente o presente contrato antes, poderá rescindí-lo independentes de interpelação judicial ou extrajudicial:

- sem justificativa plausível, a juízo da **CONTRATADA**, deixa de efetivar a entrega dos produtos, objeto deste contrato, nos prazos, preços e locais estabelecidos;
- atingir 10% (dez por cento) do valor deste contrato em multas;
- não obedecer às especificações da CONTRATANTE;
- transferir no todo ou em parte o presente contrato;
- em caso de falência, insolvência ou impossibilidade de cumprimento do presente contrato por parte da **CONTRATADA**.

CLÁUSULA NONA

No caso de rescisão amigável, fica assegurado à **CONTRATANTE** o direito de exigir a continuidade do contrato durante o período de 10 (dez) dias.

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS CLÁUSULA DÉCIMA

A aplicação de multa na infringência ao disposto nos artigos 81, 86 e 87 da Lei Federal nº 8.666/93, será assim disposta:

- 1) A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido por esta Municipalidade, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o a seguinte penalidade de multa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor da obrigação não cumprida.
- 2) O atraso injustificado na execução do contrato de serviço, obra, ou na entrega de materiais, sem prejuízo do disposto no parágrafo primeiro do artigo 86 da Lei 8.666/93 e artigo 7º da Lei 10.520/02, sujeitará a contratada à multa de mora sobre o valor da obrigação não cumprida, a partir do primeiro dia útil seguinte ao término do prazo estipulado de 1% (um por cento) até o 20º (vigésimo) dia de atraso; quando será caracterizado a inexecução total ou parcial, sujeitando-se a penalidade prevista no item abaixo.
- 3) Pela inexecução total ou parcial do serviço, compra ou obra poderão ser aplicada à contratada a seguinte penalidade de multa de **20%** (vinte por cento) sobre o valor da obrigação não cumprida, ensejando a mesma multa caso a proponente vencedora não apresente a documentação exigida para assinatura do contrato.

PARAGRÁFO PRIMEIRO

As multas aqui previstas não impedem a aplicação de outras sanções previstas nas Leis Federais nºs 8.666/93 e 10.520/02.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de **até 05 (cinco) anos**, garantido o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, a licitante que:

- 1 ensejar o retardamento na entrega do objeto deste Pregão;
- 2 não mantiver a proposta, injustificadamente;
- 3 comportar-se de modo inidôneo;
- 4 fizer declaração falsa;
- 5 cometer fraude fiscal;
- 6 falhar ou fraudar a entrega do objeto contratado.

PARÁGRAFO TERCEIRO

As sanções aqui previstas poderão ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento da notificação.

PARÁGRAFO QUARTO

A Prefeitura Municipal de Rosana/SP poderá efetuar a retenção de qualquer pagamento que for devido, para compensação das multas aplicadas, sendo que o valor da multa será descontado dos pagamentos devidos pela **CONTRATANTE** respondendo a **CONTRATADA** pela sua diferença, a qual deverá ser recolhida no prazo de *15 (quinze) dias corridos*, contados de sua notificação oficial quando ocorrer.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA

As multas porventura aplicadas não impedem a imposição de penalidades de advertência, suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a **CONTRATANTE** ou da propositura de declaração de inidoneidade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA

A **CONTRATADA** compromete-se a manter, durante a execução do contrato, as condições e qualificações exigidas na licitação que deu origem a presente contratação.

PARÁGRAFO ÚNICO

A **CONTRATADA** fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA

Faz parte deste contrato, naquilo em que não colidir com as cláusulas deste instrumento, o Edital e os Anexos do *Pregão (Presencial)* nº 077/2013, como se aqui estivessem transcritos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA

Todos os pronunciamentos entre as partes deverão ser feitos e formalizados por escrito, sem o que não tem validade devendo obrigatoriamente constar como referência o número da presente contratação.

DO FORO

Fica eleito o Foro da Única Vara da Comarca de Rosana – SP, como o único capaz de conhecer e dirimir as dúvidas e litígios do presente instrumento e seu objeto.

E, por estarem assim justos e acordados, assinam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo.

Rosana, (---) de (-----) de (----).

 MUNICÍPIO DE ROSANA	

Sandra Aparecida de Souza Kasai Prefeita Municipal Contratante

	() () RG. () CPF. () Contratada	
Testemunhas:		
Nome:	Nome:	